

Plano deve sair em 15 dias, insiste Itamar

Elogiado no Senado, ministro Eliseu Resende garante não existir nenhum plano e afirma que nada será feito sem o conhecimento do Congresso

BRASÍLIA — Tratado com gentilezas pelos senadores que o sabatinaram na tarde de ontem por mais de quatro horas, o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, voltou a receber do presidente Itamar Franco determinação que o ministro diz não existir. Segundo o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que esteve com Itamar em audiência no Palácio do Planalto, o ministro terá 15 dias para apresentar seu plano econômico. "Estou mais ansioso do que você", confessou o presidente ao dirigente tucano.

Na segunda-feira, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), deixou encontro com Itamar dizendo que o presidente afirmara que divulgará o plano preparado por Resende antes do plebiscito de 21 de abril. Respondendo ao senador Alfredo Campos (PMDB-MG), o ministro disse no plenário do Senado que não tem prazo para encaminhar seu programa econômico.

"Não existe prazo e muito menos o dia 21 de abril", afirmou. Na conversa com Jereissati, Itamar disse ter também recomendado que o plano esteja à espinha dorsal de todas as ações para o controle da economia, com metas definidas até o final do governo.

No Senado, Resende apresentou os 15 pontos programáticos da sua administração, que incluem o compromisso de o Tesouro gastar apenas o que arrecada (ver ao lado). O ministro se mostrou espantado com a situação da economia. "Eu mesmo não gostaria de estar na minha pele", afirmou, salientando que ainda não possui um plano porque não teve tempo de prepará-lo. "Isso seria um mágica, em tão pouco tempo de trabalho", disse.

Mais do que explicações econômicas, o que desarmou os senadores foi uma declaração política feita pelo ministro no início da reunião: "Antes de vir aqui, o presidente Itamar Franco me deu a seguinte orientação: diga que nada será feito sem o conhecimento do Congresso." A promessa acalmou até os opositores do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). "Não só acreditei como vou passar a cobrar", avisou o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

A partir da primeira meia hora, Resende, que havia chegado nervoso ao Senado — não parava de torcer as mãos —, tomou conta da situação. Sem disfarçar a falta de habilitação para o cargo, Resende, que é engenheiro, chegou a propor uma nova

função para os economistas. "Já tivemos tantos especialistas em Economia no governo sem que os problemas fossem superados", disse. "Acho até que os economistas ficam mais felizes quando assessoram um executivo, um engenheiro, um gerente."

Completamente à vontade, Resende se referiu ao ex-ministro Paulo Haddad como seu antigo "aluno de álgebra linear". Durante o longo debate, não enfrentou sequer uma pergunta constrangedora. A única referência feita ao seu passado como administrador de obras faraônicas do DNER e Ministério dos Transportes teve tom elogioso. O senador Lourival Baptista (PFL-SE) agradeceu as melhorias rodoviárias promovidas por Resende no Nordeste. "Obrigado por ter tocado nesse assunto", disse o ministro. "O que foi feito no passado é um patrimônio do País que precisa ser preservado."

Estatais — O ministro disse no Senado que nas próximas 48 horas o presidente se reunirá com os dirigentes de todas as estatais. O objetivo do encontro, explicou, é buscar um controle mais rígido sobre as empresas. Itamar estaria preocupado com as estatais que, por mau gerenciamento, repassam custos elevados para as tarifas públicas.

■ Mais informações nas páginas 3 e 4

José Paulo Lacerda/AE



Eliseu Resende

"Não existe prazo e muito menos o dia 21 de abril"

Política dos 15 pontos

Os princípios da política econômica de Eliseu Resende anunciados no Senado

- 1 — Retomada seletiva do crescimento econômico em bases sustentáveis, criando empregos e melhorando a distribuição de renda
- 2 — Tesouro gastará apenas o que arrecadar
- 3 — Não serão adotadas medidas compulsórias ou que impliquem quebra de relações contratuais
- 4 — Taxas de juros serão mantidas em níveis reais, mas não em valores excessivamente altos
- 5 — Política cambial ajustada para incentivar exportações
- 6 — Renegociação da dívida externa continua como está
- 7 — Reestruturação do sistema de fiscalização, acompanhada de simplificação tributária
- 8 — Gastos da administração direta, especialmente das empresas estatais, serão controlados rigidamente
- 9 — Privatização será acelerada e ampliada
- 10 — Tarifas públicas serão reajustadas para preservar o valor real, com base na evolução de custos
- 11 — Discussão com o Congresso para solução da dívida do setor público, incluindo União, Estados e municípios
- 12 — Processo de abertura comercial será mantido, especialmente com relação ao Mercosul
- 13 — Governo vai trabalhar em programas compensatórios para setores menos favorecidos da sociedade
- 14 — Governo vai promover reforma fiscal profunda e abrangente durante a reforma constitucional
- 15 — Governo vai manter transparência fiscal e separação das contas do Banco Central e do Tesouro